

TRAJETÓRIAS DE VIDA, TRAJETÓRIAS DE OFÍCIO¹

Entrevistadoras: Telma Dias Fernandes² e Vilma de Lurdes Barbosa³.

No dia 28 de julho de 2010 a professora Regina Beatriz Guimarães Neto gentilmente nos concedeu a entrevista que ora apresentamos para compor o Dossiê *História e Memória*, n. 23 da *Sæculum – Revista de História*, publicada pelo Departamento de História e pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFPB. Na ocasião, a professora participava do XIV Encontro Estadual da ANPUH/PB - *História, Memória e Comemorações*, na qualidade de conferencista de encerramento do Evento.

Com expressiva experiência na temática tanto da conferência como deste Dossiê, a professora Regina pontuou momentos significativos dos seus estudos e trajetória profissional. Sua formação, da graduação ao estágio pós-doutoral, foi na área de História, uma formação que emerge nas linhas desta entrevista atravessada por um encantamento pelo ofício de historiadora. A graduação se deu na Universidade Federal de Minas Gerais (1976), seguida de Especialização em Informação e Documentação Histórica Regional na Universidade Federal de Mato Grosso (1977). Desenvolveu seu estudo de mestrado na Universidade Estadual de Campinas (1986), intitulado *A lenda do ouro verde - Colonização e poder/ Alta Floresta - MT*, sob orientação do professor Hector Bruit. Fez Doutorado na mesma instituição (1996), com orientação do professor Alcir Lenharo, finalizada, após a morte do professor e amigo, com orientação de Paulo Celso Miceli, com tese intitulada *Grupiaras e Monchões: Garimpos e Cidades na História do Povoamento do Leste de Mato Grosso - primeira metade do século XX*. O Estágio pós-doutoral foi realizado na Universidade de São Paulo (2003). A Dissertação de Mestrado e a Tese de Doutorado foram publicadas em livros: pela Publicações UNICEN, *A lenda do ouro verde* (2002); e através da editora Tanta Tinta, a historiadora lançou *Cidades de Mineração* (2006).

Regina Beatriz é professora do Departamento de História e dos Programas de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco (permanente), e da Universidade Federal de Mato Grosso (colaboradora). É Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e tem expressiva participação na Associação Brasileira de História Oral – ABHO, tendo sido sua presidente no biênio 2008/ 2010. Atua nas áreas de Teoria da História, Historiografia Geral e do Brasil e desenvolve estudos e pesquisas em Memória e Práticas Culturais; História e Narrativa; Trabalho, Colonização e Cidades.

As nossas questões, nesta entrevista, procuraram focar sua trajetória de estudos e a relação entre História e memória; as possibilidades e enfrentamentos entre História

¹ Transcrição do áudio feita por Fabiolla Stella Maris de Lemos Furtado Leite (Mestranda PPGH-UFPB).

² Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Adjunta do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba.

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora Adjunta do Departamento de Metodologia da Educação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba.

e Filosofia; as práticas que envolvem memórias, registros orais e documentação escrita; as possibilidades da inserção da memória no ensino de história.

Convidamos a todos para compartilhar o prazer de ler uma historiadora apaixonada pelo seu ofício.

As entrevistadoras.

Saeculum: Professora Regina, no início do seu livro *Cidades de Mineração*, você fala do contar história de mulheres da sua casa e que pelas reminiscências se empresta sentidos ao sonho e este aos embates da vida. Você relacionaria essas histórias com a sua decisão de fazer o curso de história?

Regina Beatriz Guimarães Neto: Não sei. Eu penso que as nossas escolhas não são tão determinadas por um ou outro fator, há uma pluralidade de experiências que concorrem para que as façamos. Eu cresci no meio de mulheres, onze mulheres, da família da minha mãe, elas se encontravam sempre, então, vivi ouvindo histórias e eu sei que essas histórias foram e são referências afetivas muito importantes para a minha vida, sobretudo, aguçavam a minha imaginação. Adoro ouvir histórias e contar histórias. Penso que os historiadores têm muito disso. Somos contadores de histórias. Eu digo várias vezes para os estudantes, precisamos explorar mais essa dimensão da história, do contar histórias. Escrevemos nossos textos e relatamos histórias, o que não quer dizer que deixamos de realizar boas análises, claro, isso passa pelo crivo, pelo controle dos historiadores, dos nossos pares; a nossa escrita não é uma escrita livre, é uma escrita controlada, uma escrita cheia de regras. Ao mesmo tempo, não podemos deixar que as regras engessem a escrita, ela deve comportar a criatividade. Sabemos que essa dimensão do contar, do narrar, vem sendo bastante discutida, insistentemente debatida. Indagamos, como é que escrevemos as nossas histórias? E que tipo de história? Há todo um diálogo com as normas que regem a produção narrativa, porque a narrativa deve também explicar à medida que se desenvolve o enredo. Ela é a operação que se empreende para explicar/compreender o passado, o presente e as expectativas que nos conduzem ao futuro. Então, considero que essa dimensão narrativa da história, com toda a discussão que hoje ela envolve, com todo o debate que se faz sobre a escrita da história, permite assinalar a construção do conhecimento histórico e sua relação com os procedimentos narrativos e retóricos que regem seu discurso, sem perder as especificidades do campo historiográfico. Agora, a minha preferência por fazer história, sim, claramente, conscientemente, mistura-se a minha história de vida, e, para citar um fato marcante, tem tudo a ver com a leitura do livro de Marc Bloch⁴ (talvez, isso seja repetir o que muitos dizem, mas funcionou comigo...). E, nesta época, eu estava fazendo cursinho para medicina.

Saeculum: E você leu Marc Bloch no cursinho?

Regina Beatriz Guimarães Neto: Sim. Eu gostava muito de ler, desde minha adolescência. Lia muito, era uma menina que lia demais porque meu pai escreve, é

⁴ Marc Léopold Benjamim Bloch, historiador francês, foi um dos fundadores do movimento dos Annales, em 1929, que ficou conhecido como “Escola dos Annales” e constitui importante referência para a historiografia contemporânea.

poeta e contista (pertence à Academia Mato-Grossense de Letras), e eu convivi desde pequena com uma fantástica biblioteca. Imaginem vocês, eu morei em pequenas cidades de Mato Grosso com acessos culturais muito limitados, mas tinha dentro da minha casa uma riqueza muito grande, uma grande biblioteca. Um pai que gostava muito de ler e recitar poesias para os filhos. A biblioteca dele era o meu refúgio. Lá eu me encantava e pedia a ele os mais diversos livros. Além disso, foi o meu primeiro professor de história, porque era magistrado e estes, nas cidades pequenas, tinham essa interação com o ensino. Vivia passando informações sobre a Grécia, Egito e Roma. Lembro-me que o primeiro livro que li, envolvendo uma personagem histórica, trazia a história da vida de Maria Stuart. E fiquei encantada, completamente encantada com Maria Stuart e indignada com Elizabeth I... Amaldiçoando Elizabeth I. Enfim, penso que tudo isso faz parte de como imaginamos a vida e as coisas. Então, creio que esse movimento da imaginação é imprescindível para o historiador. Movimento que me estimula a retomar a inspiração que significou Marc Bloch, lembrando-me da minha formação escolar, quando fiz o Clássico⁵, ainda nesse tempo podia-se optar pelo Clássico, com meus 15, 16 e 17 anos. Lia muito e foi aí que tive contato com o historiador Marc Bloch. E, por outro lado, eu também queria fazer medicina, e, no 3º ano do Clássico, fazia junto o cursinho para medicina. Mas aí li Marc Bloch e minha visão de mundo começou a mudar. Porém, mantinha minha determinação a cursar medicina. Como eu fiz o Clássico, na primeira tentativa do vestibular não passei, porque tive notas muito baixas de Física e Matemática e isso era determinante, as provas eram escritas; não eram provas de múltipla escolha. No entanto, não deixava de ler meus livros de preferência, romances, textos de filosofia (lia Sartre, como todo mundo) e, claro, o historiador Marc Bloch, então conclui: “Bem, já que eu não passei nesse primeiro momento, enquanto eu faço o cursinho agora – sabia que teria que preparar-me, pelo menos por mais um ano, para Física, Matemática –, vou ler os autores que mais gosto”. E continuei com Marc Bloch, *O Ofício do Historiador*⁶, e me inspirei com a resposta que ele deu para o filho dele, ao ser indagado sobre “o que é história”? E na continuação do livro ele dizia que o historiador é aquele que fareja carne humana.

Saeculum: Como o ogro⁷.

Regina Beatriz Guimarães Neto: Como o ogro. Fiquei, assim, profundamente seduzida pelos escritos de Marc Bloch, e admiti: “Creio que gosto muito de história.

⁵ No Brasil, o Ensino de nível médio, até o final da década de 1960 era dividido em três cursos e compreendia o Curso Científico, o Curso Normal e o Curso Clássico. Esses cursos igualmente permitiam o ingresso através de concurso vestibular em qualquer curso superior. Destaca-se que na prática: o Curso Científico era orientado para as ‘ciências’ (áreas de saúde, biológicas e engenharias); o Curso Normal destinava-se à formação de professores, comumente denominados de ‘polivalentes’; o Curso Clássico enfatizava às ‘letras’ encaminhando seus egressos para as Faculdades de Filosofia, Letras, Artes e Direito.

⁶ A profª Regina Beatriz se refere a BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. Há uma edição mais antiga, lançada pelas Publicações Europa-América, com o título *Introdução à História*.

⁷ Figura lendária europeia utilizada por Marc Bloch para exemplificar a performance de um historiador competente. O ogro é uma criatura mitológica, meio homem, meio monstro é caracterizado com proporções avantajadas em relação a um ser humano. São retratados em antigos folclores europeus e contos de fadas como ótimos farejadores e devoradores de humanos.

Enquanto faço cursinho para medicina, vou fazer história”, eu havia passado para história, como segunda opção, no vestibular. Comecei a fazer a faculdade e disse para mim mesma: não, acredito que na vida temos que fazer o que mais gostamos e se me apaixonei pela história, seguirei este caminho. Realmente, é muito bom ter um percurso de vida, uma trajetória de vida que, ao olhar retrospectivamente para o passado, tão crucial, podemos dizer a nós mesmos: Se eu tivesse a opção de fazer novamente minhas escolhas, o que eu faria? O que fiz! Este encantamento pela história perdura até os dias de hoje, mesmo que eu tenha trazido outras experiências e aproximações, como a literatura. Penso ainda que Marc Bloch é um historiador que nos instiga a pensar a história de uma maneira mais humana, mais ousada, jogando com os limites que a vida nos impõe. E, depois, há essa aproximação com a crítica e os acontecimentos históricos, marcantes em nossa época, marcantes na época dele. Quer dizer, a sua trágica história e, ao mesmo tempo, a riqueza das relações que ele mantinha com a política, com a defesa da liberdade é muito forte, repercute em nossas ações. Considero que deveríamos sempre refletir bastante sobre isso com nossos estudantes, entende? Essa relação da história com a vida é muito importante para mim e Marc Bloch foi o historiador que me jogou nesse universo crítico, nessa relação entre o passado e o presente. É aí que os nossos passados, o passado na minha vida, de muita leitura, de encantamento com os livros, entra neste presente, dando sentido a ele. Essa relação com as histórias, com as histórias da minha família, mas misturadas às histórias que eu lia na biblioteca que meu pai me oferecia, e, depois, com os livros que me ensinavam a pensar o mundo criticamente, é a essa relação que atribuo a minha vontade, mudança e desejo em fazer história. Hoje penso que eu não tinha tantas opções assim, já que o meu gosto se definia neste campo das ciências humanas. Apesar de que nos encontramos imersos numa pluralidade de lógicas, para a minha memória, eu tenho prazer em dizer que deveria seguir – como fiz – os caminhos da história ou das histórias.

Saeculum: Bem, professora, agora eu gostaria que você falasse um pouco sobre a sua formação que vai da graduação, assim... foi cada degrauzinho... a Graduação, a Especialização, o Mestrado, Doutorado, Pós-doutorado.

Regina Beatriz Guimarães Neto: Fiz graduação em Minas Gerais, Belo Horizonte (antes, havia feito o Clássico em Uberlândia, em um excelente Colégio Estadual). Foi um percurso em que cada passo foi dado em lugares diferentes. Considero que isso é muito bom porque favorece intercâmbios culturais muito diferenciados. Fiz minha graduação na UFMG, e foi muito importante, contei com excelentes professores. Estudava bastante a história colonial porque, em Minas, a história colonial apresentava – como ainda hoje – uma rica produção intelectual e muito bem ensinada, gostava muito também de história política, dos debates na faculdade, pela própria situação política da época... Era meados da década de 70. Depois disso, fiz concurso na Universidade Federal de Mato Grosso, onde fiquei grande parte da minha vida. E, de lá mesmo, em seguida, com o PDCDT⁸, procurei fazer o meu mestrado. Prestei a seleção para o mestrado em história na UNICAMP. Morei três anos em Campinas. O mestrado também naquela época demorava bem

⁸ Programa de Capacitação Docente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

mais que hoje.

Saeculum: Mas teve a especialização antes.

Regina Beatriz Guimarães Neto: Sim. Antes de fazer o mestrado eu fiz uma especialização na UFMT com um grupo de historiadores excelentes, contamos com a presença da Raquel Glezer⁹, Iraci Galvão¹⁰, que já estavam lá, mas, também vários outros professores, inclusive da UNICAMP, que participaram de alguns cursos, também nesse momento na UFMT. Por isso, criei uma relação diferenciada com o ensino e a pesquisa, o que me fez buscar o mestrado na própria UNICAMP. Mas, Mato Grosso criou e ainda tem atuante o núcleo de documentação que vocês têm aqui¹¹, com Teresinha de Arruda como a primeira coordenadora. Foram criados os dois núcleos: o de Mato Grosso, da UFMT, e o aqui da Paraíba, UFPB; formamos grupos de estudos com a participação de diversos professores, da UFMT e de outras IES, estudos que se desenvolveram no núcleo de documentação. Foi lá que eu fiz o curso de especialização. Depois desse curso, preparei-me para o mestrado na UNICAMP. Foi um momento muito rico em experiências. Fazia cursos não só no mestrado de história da UNICAMP, mas também, nós, os estudantes, aproveitávamos muito os cursos na Antropologia, na Sociologia, na Economia, como também cursos oferecidos pela USP. Então, também fui fazer alguns cursos nessa universidade. Adorava fazer vários cursos, era um pouco a cultura da época (década de oitenta). O mestrado foi fundamental em minha vida, por ter-me dedicado a leituras diversificadas e por uma iniciação mais sistemática com a pesquisa histórica. Penso que a gente perde um pouquinho isso hoje, entendeu? Devido à pressão das instituições. É um tempo de mil e uma descobertas, de muitas leituras, de visitas a vários autores, um intercâmbio muito grande. É um período de formação e de aprendizagem inigualáveis. Hoje, muitas vezes, reclamo que os estudantes estão ficando muito especializados, por assim dizer “temáticos”, em razão de terem que se direcionar rapidamente para seu tema. Querem fazer menos cursos, claro, porque, de outro modo não dá tempo nem para desenvolver a dissertação com a mínima competência. Mas, penso que é um período em que deve predominar a leitura, o exercício da escrita e da pesquisa, e investigar a documentação com um bom levantamento de fontes, reunião e seleção de documentos diversos. Muitas vezes, vejo os mestrandos elucubrando teorias sofisticadas sem passar por essa primeira (e constante!) aprendizagem. Então, para mim, o mestrado foi muito rico nesse sentido, quer dizer, foi a base da minha formação. E eu tive também o privilégio de conviver esse tempo todo com Alcir Lenharo¹², que foi uma pessoa amiga, mestre, orientador, insubstituível em minha

⁹ Raquel Glezer, atualmente é Professora Titular da Universidade de São Paulo no Programa de Pós-Graduação em História Econômica.

¹⁰ Iraci Galvão Salles, historiadora, com Mestrado e Doutorado em História Social do Brasil pela Universidade de São Paulo – USP. Autora do livro *Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra - 1870-1889*. Prefácio de Fernando A. Novais. São Paulo: HUCITEC, Brasília: INL, 1986.

¹¹ A prof^a Regina Beatriz se refere ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional-NDIHR, órgão suplementar da Reitoria da UFPB, que tem como objetivos básicos o resgate e a preservação da memória e a produção do conhecimento crítico sobre a realidade do Nordeste. Localiza-se no Bloco F da Central de Aulas do Campus I. Web: <<http://www.ndihr.ufpb.br/>>; Fone: + 55 (83) 3216-7159; E-Mail: <ndhir@reitoria.ufpb.br>.

¹² O historiador Alcir Lenharo atuou no Departamento de História da Universidade Estadual de

vida. Oficialmente, não foi o meu orientador no mestrado, mas de fato foi ele, na prática, que orientou a minha dissertação de mestrado, depois publicada¹³, Alcir e eu éramos muito amigos. Tive esse privilégio de contar e aprender com ele, um dos melhores historiadores brasileiros que conheci. Literatura, música (sobretudo latino-americana) cinema, era com ele uma aprendizagem constante. Então, o mestrado foi um momento muito importante pelos cursos e privilégios que nós tínhamos em participar de uma série de atividades culturais, e professores muito atuantes como Stella Bresciani, Edgar De Deca, Michael Hall, entre outros. Depois disso, logo que eu defendi, eu já comecei a fazer o doutorado, também na UNICAMP, e aí sim com a orientação oficial do Alcir Lenharo. E foi o que resultou depois no livro *As cidades da mineração. Memórias e práticas culturais...*¹⁴ que só publiquei depois de muito tempo, em razão das muitas reformulações que acabamos por fazer (estava na coordenação do Programa de Pós-Graduação em História e não tinha tempo para nada). Defendi meu doutorado em 1996. No último momento, na defesa da tese, Alcir não pôde estar presente o que foi bastante triste para mim, morreu quatro meses antes da minha defesa. Paulo Miceli assumiu a orientação final. Mas, de todo modo, tive todo o apoio e a orientação do Alcir. Em minha tese trabalhei com memórias de pessoas da minha família, que haviam se deslocado para a parte leste do estado de Mato Grosso, na primeira metade do século XX, território da mineração do diamante. E várias memórias selecionadas foram de pessoas da minha família que se misturam à história dessa reocupação espacial (mas também usando várias outras fontes, sobretudo impressas). Escrevo essa história da mineração (práticas culturais) em termos de reocupação de um território, porque ocupado por grupos indígenas, nações indígenas que tiveram seu território invadido. Uma parte da família de meu pai foi para aquela área em razão da mineração do diamante e outra parte, meus avós maternos, deslocou-se para Mato Grosso para ocupar terras e formar fazendas. Portanto, para mim, era muito importante trabalhar com as memórias que vinham desses dois segmentos. Mas, em um primeiro momento, não queria dedicar-me a essa pesquisa, porque, envolvia trabalhar com a memória familiar e eu considerava isso bastante difícil. Alcir foi a pessoa que me ensinou como o historiador não deve se limitar a desenvolver um trabalho por causa dessas imposições. Enfrentar o desafio em analisar criticamente a memória familiar é uma tarefa complexa porque estamos bastante envolvidos, mas isso não deve servir para impedir o trabalho do historiador, exatamente porque história não é memória. Quer dizer, há uma relação fundamental, mas história não é memória. Ademais, a prática do trabalho do historiador passa por outras questões, e por outro tipo de controle da produção do conhecimento e do regime de escritura. Então, ele me encorajou bastante e eu resolvi aceitar o desafio. Além disso, como Alcir era muito meu amigo, conhecia minha família, sabia de várias histórias, já que eu as contava para ele. E dizia para mim: “*Essas histórias e memórias têm que ser transformadas em livro*”. Tive, portanto, esse estímulo que foi um ato de experiência no aprender, na minha própria prática, em que a relação

Campinas até 1996. Publicou vários textos e entre eles o livro *As tropas da Moderação*, lançado pela primeira vez em 1979.

¹³ GUIMARÃES NETO, Regina B. *A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá: UNICEN Publicações, 2002.

¹⁴ GUIMARÃES NETO, Regina B. *Cidades da mineração – Memórias e práticas culturais*. Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá: EDUFMT, 2006.

da história com a memória deve ser problematizada e não pensada como relação de causa e efeito, relação imediata. Com Alcir aprendi a refletir como a prática histórica une a crítica à memória, e que o historiador pode e deve arrojarse a desenvolver um trabalho que enfrente questões diversas, observando as várias mediações, matizes e relações. E foi muito bom. Depois disso veio o pós-doutorado, em 2003, realizado com o acompanhamento da professora Maria Helena Capelato¹⁵, na USP. Naquele momento, desenvolvi um trabalho relacionado à minha pesquisa acerca das novas cidades e relatos de trabalhadores pobres, analisando como estes narram suas histórias e experiências. Focalizo os espaços de ocupação recente da Amazônia Legal, particularmente Mato Grosso, abordando um tema que estabelece conexões com uma história mais ampla, envolvendo o território amazônico (referência que extrapola seu significado geográfico). Já é outro tipo de trabalho de pesquisa e que foi muito produtivo e tem sido, porque continuo trabalhando com essa temática, com outros desdobramentos, outras questões e problemas, até porque é a base da minha bolsa produtividade do CNPq. Maria Helena Capelato foi uma professora e uma amiga, com uma prática que muito me valeu pela experiência em seu ofício de historiadora. Quer dizer, o que desenvolvi no estágio de pós-doutorado envolve uma temática com que Maria Helena não lida especificamente, mas é um tema contemporâneo, e que se encontra no espaço teórico de seu trabalho, no campo da história política do Brasil. Minha pesquisa, é necessário salientar, problematiza um quadro político em que a ditadura militar foi determinante, porque analisa as novas ocupações e cidades, num quadro de violência situada nesse processo histórico, após a década de 1970. Momento esse em que os governos militares programaram e implementaram políticas de ocupação para a Amazônia, políticas econômicas de desenvolvimento atreladas ao grande capital, políticas de ocupação da terra, resultando em grandes conflitos sociais. A experiência historiográfica de Maria Helena Capelato com a política brasileira do século XX foi muito importante para o meu enfoque teórico. Depois disso tudo, mudei novamente de espaço geográfico, de universidade e de vida... Prestei novo concurso público para professora de história, na vaga aberta para Teoria da História, na Universidade Federal de Pernambuco, onde me encontro trabalhando na graduação e pós-graduação em história.

Saeculum: Bom, você falou agora que história não é memória, então, eu perguntaria a você como discute essa relação entre a escrita da história e a memória?

Regina Beatriz Guimarães Neto: É, creio que essa é uma questão central para o debate atual. Não mais tão atual... Temos vários historiadores, filósofos, sociólogos, assim como outros especialistas do campo literário e, de forma mais geral, dos campos culturais, que enfrentam esse debate e apresentam diversas variáveis teóricas para análise. Especialmente no campo da história, penso que toda a discussão que Michel de Certeau¹⁶ fez foi marcante, isso já em meados da década de 70, instigado por novas questões que se apresentavam à historiografia, como

¹⁵ Maria Helena Capelato atualmente é professora Titular da Universidade de São Paulo, no Programa de Pós Graduação em História Social.

¹⁶ Historiador francês, autor de obras que tratam da *operação historiográfica*, entre elas: *A Escrita da História* (Forense-Universitária, 1982); *A Cultura no Plural* (Papirus, 1995); *A Invenção do Cotidiano* (Vozes, 1996).

aquelas colocadas por Paul Veyne¹⁷ acerca das relações da história com as narrativas literárias, e, nesse sentido, do desafio teórico de se pensar a história como um “romance verdadeiro”. Mas Paul Veyne, naquele momento, década de 70, tornava visível uma grande crítica à história que estava sendo praticada na França, e não só na França. Eu creio que a resposta de Michel de Certeau se tornou um verdadeiro paradigma para os historiadores, porque trazia uma resposta que não apenas assinalava e valorizava a filiação literária da escrita da história, mas estabelecia regras e critérios que apresentavam o discurso historiográfico em um campo específico, rigoroso e controlado pelos pares. M. de Certeau estabeleceu critérios historiográficos para este debate, que ele denominou de operação historiográfica. A partir daí, a questão de aproximação ou não aproximação da história com as narrativas literárias, ou do que se chama narrativa de ficção, deveria agregar outros problemas e questões que enriquecessem o debate, ampliando-o acerca da escrita da história. Mas, infelizmente, nem sempre é assim, há ainda debates cansativos e vazios de proposições... Torna-se importante destacar, no entanto, que os historiadores escrevem submetidos a regras de seu campo de conhecimento, dialogando com os documentos, sempre, mas devem narrar bem, ou seja, refletir e aprender as regras da poética e da retórica para melhor explicar e se fazer compreender. Há o alerta de Roland Barthes¹⁸, chamando a atenção dos historiadores que podem sofrer de um “mal obsessivo”, isto é, de uma excessiva autenticação da sua fala pelos documentos, como se isso bastasse, como se os documentos dissessem por si mesmos, descolados das regras da escrita. Muitas vezes este sinal de Barthes me lembra um pouco os cartórios, quando estamos pegando nossos documentos para serem autenticados ... O importante é entender, a meu ver, que esta autenticação não basta para validar o discurso historiográfico. Quer dizer, o discurso historiográfico depende também das regras da escrita da história, do enredo narrativo, do jogo das figuras de linguagem. Há uma regra básica: precisamos nos fazer entender bem (e isto não é pouco, traduz-se em estilo literário). Eu sempre dou um exemplo corriqueiro para os estudantes: “E se eu disser para alguém, ou melhor, se eu descrever os seus olhos como: “redondos, grandes ou puxados”, ou indicar os olhos que têm tal e tal formato; ou seu nariz retilíneo ou curvo, descrito em termos de linhas ou formas, tudo isso não quer dizer nada ou expressa muito pouco, não emite signos e não me faz, portanto, estabelecer relações com as pessoas. Mas se eu disser – ‘os seus olhos me lembram o azul do mar’, ‘ou ‘lembram-me o encontro das linhas do céu com o mar’ ou ‘lembram-me uma paisagem amada’, torna-se completamente diferente, é uma fala que emite signos, apaixona! Quem é que não se recorda dos “olhares dissimulados” da Capitu de Machado de Assis¹⁹? Quer dizer, nossa linguagem é metafórica, nos expressamos por meio de metáforas, criaturas de nossa imaginação.

¹⁷ Arqueólogo e historiador francês, autor da reconhecida obra historiográfica *Como se escreve a história* (UNB, 2008).

¹⁸ Escritor, filósofo e sociólogo francês, a professora se refere a *L'effet de réel*, em *Communications*, 1968. Publicado em: *O rumor da língua* (Martins Fontes, 2004); Além desse Barthes é autor de *O prazer do texto* (Martins Fontes, 1974); *O grau zero da escritura* (Cultrix, 1971); *Análise estrutural da narrativa* (Porto, 1973); *Crítica e Verdade* (Perspectiva 2009).

¹⁹ Capitu é uma personagem central do livro *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, publicado originalmente em 1899 pela Editora Garnier (RJ), com sucessivas reedições. Desde 1994 está disponível em edição eletrônica na Biblioteca Digital do MEC.

Produzimos encantamentos, efeitos de linguagem, não é? Segundo Paul Ricouer²⁰, na trilha de vários autores (Veyne, por exemplo), quanto mais se explica mais se compreende, desde que se entenda que aí se encontra a dinâmica da produção de novos significados, por meio da história narrada. O filósofo Roberto Machado, em seu livro, *Deleuze, a arte e a filosofia*²¹ tem uma passagem que gosto muito, em que discute não apenas as figuras de linguagem, mas as relações entre as palavras e, sobretudo, as sintaxes que regem as frases. Quer dizer, nós operamos com um regime de escritura do qual emergem várias questões dimensionadas na problemática da narrativa da história. E a memória? A memória passa por outras regras de análise e discussão, que nos leva a outras reflexões e desdobramentos teóricos. Gosto, aprendo muito com a maneira pela qual Paul Ricouer encaminha a questão. Ele pontua as diferenças entre os modos de representação do passado, distinguindo o conhecimento histórico das operações da memória (também no caminho aberto por diversos autores, como Pierre Nora). Parte de distinções fundamentais entre a operação historiográfica e o trabalho da memória, avaliando as diferenças entre a memória-testemunho e o documento. Apresenta o primeiro ligado indissolivelmente às declarações, aos testemunhos reconhecidos, a uma memória relativa à declaração que tem como base as reminiscências, como ele diz. Os testemunhos são dados de maneira direta, têm como referência aquele que ofereceu o testemunho, com base na confiança nele depositada. Em espanhol, encontramos as duas palavras que nos ajudam a diferenciar: *testimonio* e *testigo*. Quer dizer, a memória que tem como referência a declaração está ligada ao *testigo*, testemunho direto que tem um referente reconhecido, identificado. E o documento, como ele mesmo diz, é a “memória de ninguém”, é a memória de todos, é a memória dos tempos, é a memória dos conflitos humanos. Os documentos trazem esses registros, registros que nós selecionamos e passamos a considerar como documentos. Então, a memória tem uma relação direta com os testemunhos. O documento, pelo contrário, é indiciário, encontra-se em uma teia, em uma rede social e cultural, contendo várias informações, vários acontecimentos. O documento é a apresentação/representação daquilo “que se escreveu sobre”, mas aquilo “que se escreveu sobre” só ganha estatuto de acontecimento, importância e significado históricos a partir do momento em que ele é narrado, pertencendo a outra rede discursiva; ligado a uma série de referentes. A memória também tem seus elos vitais inseparáveis da vida social e cultural, é histórica. Mas ela tem relação direta com os testemunhos, é *testigo*. Este estatuto de testemunho se baseia na confiabilidade de quem relatou, de quem viveu, ancorando-se nas experiências vividas. Os documentos, os registros que foram selecionados como documentos, necessitam de passar pelo conjunto ou pelo crivo das regras instauradas no campo da história. Critérios de seleção e constituição do *corpus* documental devem ser, pois, explicitados e analisados, imprescindíveis ao trabalho dos historiadores (a conhecida crítica interna e externa). E, hoje, ainda vamos muito mais além da crítica interna e externa ao documento, relacionamos os documentos

²⁰ Filósofo e pensador francês, desenvolveu estudos e debates sobre lingüística, estruturalismo e hermenêutica, entre suas obras que corroboram para a escrita da história, destacam-se: *A memória, a história, o esquecimento*. (Editora da Unicamp, 2007) e *Tempo e Narrativa*. (Papyrus, 1994).

²¹ É professor titular do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), publicou pela Zahar: *Deleuze, a arte e a filosofia* (2009); *Foucault, a ciência e o saber* (2006); *Foucault, a Filosofia e a Literatura* (2005); *Nietzsche e a Polêmica sobre O Nascimento da Tragédia* (2005); *O Nascimento do Trágico De Schiller a Nietzsche* (2006); *Zaratustra, Tragédia Nietzscheana* (2001).

às suas condições de possibilidade, sem apagar o seu estatuto discursivo: sejam sociais (onde se produziu e para quem se produziu), sejam técnicas (tais como os códigos, regras e convenções que as orientaram), relacionando-as às práticas culturais e às escolhas interpretativas. Esses procedimentos em nosso ofício de historiadores, ao utilizarmos nossos documentos, nos levam a reconhecer seu estatuto indiciário, que os colocam em relação a uma série de outros documentos, de outros escritos/textos de historiadores, que também irão validá-lo. Porque quando dizemos que as regras do fazer história são compartilhadas, estamos legitimando o diálogo e o confronto, ou seja, o debate. O diálogo, enfim, possibilita relacionarmos-nos com outros textos. O que confere legitimidade ao discurso do historiador é o fato de que não estou falando sozinha. Estou dialogando com vários outros documentos (inclusive com outros suportes materiais, como os iconográficos, etc.) que foram trazidos por diversos outros textos escritos. Como historiadora, estou estabelecendo conversações com vários outros historiadores. Participamos de toda uma aprendizagem, de uma teia de leituras compartilhadas que, afinal, “resumimos”, ou melhor, selecionamos, em nossas bibliografias, em nossas referências bibliográficas. Com elas montamos ou configuramos um quadro de onde estou falando e para quem estou falando. Qual é o meu lugar institucional? Esta é a pergunta tão importante para delimitarmos o que nós chamamos de um campo de conhecimento, tomando de empréstimo a concepção do Bourdieu²². Bem, este reconhecimento dará legitimidade ao *corpus* documental escolhido. Por fim, como vários autores colocam, sobretudo, historiadores e filósofos, o nosso laço é com a memória. A história possui uma relação fulcral com a memória, e se ela não é história, trata-se, então, não só de destacarmos as diferenças, mas sim de refletirmos acerca das relações entre história e memória, entre passado, presente e futuro.

Saeculum: Regina, você trabalha com autores filósofos. Quais os enfrentamentos dessa relação no ofício do historiador? Como é que você sente esse enfrentamento, que às vezes não é tão fácil?

Regina Beatriz Guimarães Neto: É. Essa abordagem é bastante complexa. Acredito que as leituras dos filósofos foram e são fundamentais em nossa vida, em nossa formação, em nossa prática historiográfica, e muito ligada também a nossa trajetória de vida. Não tenho formação em filosofia, mas creio que devemos dialogar com os filósofos, estudando-os com muito cuidado, tempo e dedicação. Talvez seja mais apropriado que, do campo historiográfico, façamos as perguntas que possibilitam um diálogo com a filosofia. Na minha trajetória de estudante, professora e pesquisadora, vejo diversas passagens marcantes para a maneira como hoje concebo o mundo e a história (gosto muito da ideia de passagens...). Conhecemos diversos autores, historiadores, sociólogos, antropólogos, literatos, filósofos, entre muitos intelectuais, mas existem momentos especiais em nossa trajetória intelectual que alguns deles foram e são indispensáveis. Na época do meu mestrado, e parte do meu doutorado, estudar Marx e o marxismo era fundamental. No meu mestrado, recordo-me que realizei treze cursos, destes, creio que dez devem estar relacionados a Marx – *O Capital*, *Grundrisse*, *Contribuição para à Crítica da*

²² BOURDIEU, Pierre. *The Field of cultural production: essays on art and literature*. Cambridge: Polity Press, 1993.

Economia Política, A Ideologia Alemã, enfim, cada curso se especializava num ponto, numa problematização, numa obra que exprimia ou apresentava o foco do interesse no estudo em questão. Então, isso foi básico para mim e ainda é muito importante para uma contínua aprendizagem. Até mesmo, para percorrer outros caminhos depois, um exercício crítico crucial para as minhas reflexões, exercitando o pensamento. Acredito que não apenas do ponto de vista teórico, mas as leituras dos filósofos – assim como outras – preparam, exercitam a nossa sensibilidade e exercitam a minha sensibilidade como historiadora. Penso que o marxismo tem uma visão crítica do mundo, que carrega uma sensibilidade para com o mundo, inigualável. Toda uma relação crítica com a opressão, com a desigualdade social, com a relação capital-trabalho, com o fetichismo da mercadoria – ninguém de nós, que passou por essas leituras, olha uma mercadoria sem pensar no fetichismo, na exploração do trabalho que ali se encontra embutida – que se revela na análise da mais-valia. Acredito que os estudos marxistas foram e são um alicerce para estabelecer minha postura crítica diante da desigualdade social e escolha de meus temas de pesquisa. Até hoje, de certo modo, governam minhas opções, por exemplo, o projeto que desenvolvo com o apoio do CNPq está ligado à temática do trabalho. São os trabalhadores pobres, migrantes, nômades na Amazônia Legal (onde se destaca a parte norte de Mato Grosso), em que analiso sua trajetória e exploração a que se encontram submetidos, até mesmo o trabalho análogo a escravo (denominação sujeita a um grande debate). No território amazônico, homens e mulheres aparecem de várias regiões do Brasil, vários lugares e, ao mesmo tempo, pode-se dizer, não são de lugar algum. Perdem as referências de nome, de família, de pertencimento social; seus itinerários seguem as aberturas das frentes de trabalho. A concepção de território, nessa pesquisa é bastante problematizada e pensada em termos de práticas sociais (Milton Santos) Hoje, tenho direcionando minhas investigações para o estudo de lideranças no campo que expressam um combate ferrenho pelo uso de trabalhadores em condições de trabalho análogo a escravo. Penso que há aí uma sensibilidade, uma visão de mundo que, como historiadora, está ligada a essa formação marxista.

Depois, voltando a sua questão sobre os filósofos, quero “lembrar-me do passado e do futuro”. Li e leio bastante Michel Foucault²³. É um autor que opera, também, com muitos conceitos e noções que se afastam radicalmente das noções clássicas da filosofia da história, e que nos traz um debate imprescindível para pensar a modernidade, a sociedade capitalista, que não se reduz à “sociedade da disciplina” (na voz daqueles que nunca entenderam Foucault). É um equívoco pensar que a sociedade que impõe regras disciplinares, que constrói os espaços disciplinares é uma “sociedade disciplinada”... Foucault é um autor muito importante para meus estudos, especialmente porque é um filósofo que trabalha com as descontinuidades, diferenças e rupturas e que, portanto, recusa o relato contínuo de uma história ideal. Deste modo, pressiona-me a pensar diferente, sobre a história e também sobre minha vida. Pressiona-me a adotar outra prática de pesquisa, por exemplo, a indagar como os atores sociais que focalizo em minhas pesquisas vivenciam e experimentam diversas relações, relações de poder (outro conceito fundamental

²³ *A história da loucura* (Perspectiva, 1978); *As palavras e as coisas* (Martins Fontes, 1981); *Vigiar e Punir* (Vozes, 1988); *A vontade de saber* (Graal, 1977); *O uso dos prazeres* (Graal, 1984); *O cuidado de si* (Graal, 1985); além de vários outros textos, entrevistas, etc..

em Foucault), entendendo que aquilo que os submetem, ao mesmo tempo, produz iniciativas de resistência. Outra questão muito mal entendida em Foucault, a da resistência. Penso que os atores sociais podem ser vistos criando outras estratégias, constituindo-se num campo de luta. Foucault sempre se interessou pelo campo de combate, instituído nas relações sociais. Neste ponto, também podemos recorrer às leituras de Michel de Certeau, nos textos em que discute a questão das resistências como invenções e apropriações diversas²⁴, análises muito pertinentes que trazem outras propostas para o debate teórico acerca de “onde há poder há resistência”, segundo as palavras de Foucault. Mas isto também deve ser problematizado. O que é e como deve ser explorada esta questão? O que é resistência ou iniciativa de resistência? Diferentes autores darão diferentes respostas, muitas vezes usando outra nomenclatura. Michel de Certeau apontará a problemática das resistências com base em outra perspectiva, das estratégias, das táticas e das apropriações culturais. De uma riqueza analítica extraordinária. Foucault irá procurar à sua maneira realizar outras pesquisas, e inquirirá sobre os modos de subjetivação. É um filósofo que, nessa senda, abriu-me outros espaços de leitura, outra percepção do mundo, das práticas sociais e culturais, das práticas políticas. Sua contribuição às análises das relações de poder, ou seja, a concepção de poder como relação de forças, é insubstituível. Poder não é lugar, não é propriedade, não é coisa, poder é relação, é relação de forças. E, nessa perspectiva, como pensamos/praticamos as nossas liberdades? Somos atravessados por quais fluxos culturais, somos produtos de quais relações, como? Lendo Foucault vejo que as análises acerca das práticas de subjetivação nos auxiliam muito, deslocando certezas estabelecidas e levando as nossas perguntas para outro patamar, não tenho a menor dúvida. Isto porque refuta a noção de individualização, de dominação, abrindo portas para pensarmos de outro modo sobre nós mesmos, sobretudo, aquilo que se diz de uma estética da existência. E assim, a leitura de Foucault, como também a de outro filósofo, Deleuze²⁵ me estimularam decididamente a enveredar por outros caminhos. E, nessa trilha, instigaram-me a buscar e a fazer diversas discussões em minhas pesquisas, não para atrelá-las teoricamente, no sentido de recitar estes autores como modelos, conformando-me ou sujeitando-me a eles, mas para utilizá-los como instrumento para o pensar, como experimentação aberta a inúmeras possibilidades. Deleuze é outro filósofo de quem gosto muito, que trabalho em meus cursos na pós-graduação, e vejo que tem uma força decisiva sobre minhas percepções das relações culturais. Suas análises, temáticas, interesses o aproximam (e o diferenciam) de Foucault, apontam à “arte do pensamento” e postulam a recusa a um mundo que tenta submeter a invenção de novas possibilidades de vida à maquinaria do mesmo. Deleuze me leva a falar de outro filósofo, Espinoza do exercício do pensamento e da liberdade. Fiz um curso maravilhoso sobre Espinoza com a Marilena Chauí na UNICAMP, no tempo de meu doutorado, marcante para mim e que me deu este presente: a leitura de Espinoza. O livro que Deleuze escreveu sobre Espinoza²⁶ é magistral. Ainda posso dizer que, pelos livros e diversos textos de Deleuze, também,

²⁴ *A invenção do cotidiano: artes do fazer.* (Vozes, 1994).

²⁵ DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição.* Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988. O livro é sua tese de doutoramento em Filosofia, defendida na Universidade de Sorbonne em 1968.

²⁶ DELEUZE, Gilles. *Espinoza e os signos.* Porto: RÉ-S-Editora, s/d.

aproximei-me de certas obras literárias, especialmente, de Proust. Utilizo seu livro *Proust e os signos*²⁷, em diversos cursos que ministrei. De uma maneira geral, essas leituras confluem para as discussões e análises que faço sobre memória, traçando suas relações com a história. Deleuze nos ensina a pensar a memória como relação, e como relação entre o presente e o passado, ou a presença do passado no presente e não a memória como coisa ou arquivo morto, ou, ainda, como ponto de partida ou chegada. A memória é travessia por diversas temporalidades, é relato de um aprendizado na complicada arte de decifrar os signos e que, pelas semelhanças, descobrem-se as diferenças, introduzindo a noção de equivalência.

Para fechar esta rápida “passagem” por alguns dos filósofos prediletos (mas sempre tendo o cuidado de escolher questões caras ao debate historiográfico), não poderia deixar de mencionar o autor das *Passagens...*, Walter Benjamin²⁸. Tenho um apreço especial por este filósofo, pelas aprendizagens praticamente infinitas, como sua obra das *Passagens*, inacabada... Faço uso de seus textos também contando com o auxílio de autores que há muito tempo o estudam, citando, especialmente, no Brasil, Willi Bolle²⁹, Olgária Matos³⁰ e Jeanne Marie Gagnebin³¹. No meu mestrado e doutorado, na Unicamp, em alguns cursos, W. Benjamin era uma referência central. Mas sei que os estudos de seus escritos levam uma vida de aprendizagens. Para exercitar esta aprendizagem estou preparando um curso na Pós-graduação de história, na UFPE, que estabelecerá diálogos com as *Passagens*, tendo como ponto de partida algumas questões centrais ao debate historiográfico atual, como venho sempre enfatizando. Benjamin proporciona não só uma reflexão crítica sobre o discurso acerca da história, elaborando suas teses sobre o conceito de história, mas também oferece uma discussão singular sobre memória e narrativa, que envolve a questão da escrita da história. Acredito que este campo de reflexões e análises críticas implica um debate teórico e metodológico imprescindível para os historiadores. E, ademais, em seus ensaios ele se afasta da noção de testemunho como “origem” e problematiza a memória como uma experiência com o passado. Atualmente, tenho um interesse especial nestas questões sobre a memória, e privilegio os textos de Walter Benjamin, sobretudo lendo, explorando intensamente, arduamente, as *Passagens*³², o livro que foi belamente organizado no Brasil por Willi Bolle. Além disso, o próprio Willi Bolle instiga os historiadores a melhor dialogarem com Walter Benjamin, sobretudo, a estabelecer “conversações” acerca do método historiográfico. Acredito que fazemos isso muito pouco. Considero que Walter Benjamin é um autor bastante citado, mas pouco explorado, no território da história, isto é, os seus livros e diversos ensaios são não muito experimentados como instrumento analítico. A sua contribuição para

²⁷ DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

²⁸ BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Organização da edição brasileira Willi Bolle; colaboração na organização da edição brasileira Olgária Chain F. Matos. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão e Irene Aron. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

²⁹ Entre outros textos: Um painel com milhares de lâmpadas. *Metrópole & Megacidade* (Posfácio à edição brasileira). In: BENJAMIN, *Passagens*. .

³⁰ Entre outros textos: MATOS, Olgária Chain F. *Aufklärung* na metrópole. Paris e a via Láctea. In: BENJAMIN, *Passagens*.

³¹ “Prefácio” – Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985. Entre vários outros da autora.

³² BENJAMIN, *Passagens*..

pensar a questão da escrita na história – por meio de múltiplos diálogos – é de uma riqueza inigualável, até mesmo para organizarmos nossos arquivos de pesquisa de outra maneira, com outros pressupostos teóricos.

Saeculum: A partir da década de 90, temos uma maior visibilidade no ofício do historiador com as práticas que envolvem memórias em registros orais. Como você avalia essa emergência? E nesse percurso de duas décadas, quais mudanças você destacaria como mais expressivas na área?

Regina Beatriz Guimarães Neto: Bem, vou destacar o momento atual, que conheço melhor, quando passei a refletir mais sistematicamente acerca do uso das fontes orais, com base em certas orientações metodológicas. Primeiramente, é necessário dizer que a história oral não é uma disciplina, mas uma metodologia ou prática de pesquisa, que vem se destacando no cenário nacional e internacional. Assumi a presidência da Associação Brasileira de História Oral, para o período de abril de 2008 a abril de 2010, sendo substituída, após o X Encontro Nacional de História Oral que organizamos em Recife, na UFPE, pela professora Maria Paula Araújo Nascimento, da UFRJ³³. Neste X Encontro foram apresentados trabalhos que ofereceram contribuições valiosas ao debate metodológico acerca dos desafios que enfrentam os pesquisadores ao lidarem com as fontes orais; partilhando questões que provocam as discussões mais acirradas nas universidades brasileiras, tais como as atividades de seleção e construção dos relatos orais como documentos, sob o crivo das regras historiográficas. Como resultado do X Encontro, ainda, publicamos os textos completos nos anais eletrônicos, disponíveis no site da ABHO³⁴. Ademais, essa discussão e análise sobre as metodologias que implicam o uso deste tipo de fonte desdobraram-se em artigos publicados na própria revista da ABHO (agora em seu formato eletrônico, que também pode ser acessada no site da ABHO). A revista é muito bem avaliada pelo sistema *Qualis* da Capes, e vem publicando bons artigos de diversos historiadores do Brasil e do exterior, dando legibilidade ao trabalho aglutinador da Associação Nacional de História Oral. E, como a ABHO tem cinco diretorias regionais, isto é, como ela se organiza com cinco diretorias regionais, compreendendo todas as regiões brasileiras, seu poder de articulação também é grande. Mais recentemente, um fenômeno que ocorreu bastante significativo e de grande alcance, em termos de avanços nesse debate acerca das fontes orais, foi a abertura de diversos Programas de Pós-Graduação no Brasil, sobressaindo-se, nesses Programas, temas de pesquisa que focalizam a história recente do Brasil ou a história do tempo presente em que o uso das fontes orais se tornou bastante comum. As práticas metodológicas das fontes/relatos ou memórias orais (não vou entrar aqui no âmbito dessa discussão semântica, pois exigiria mais tempo) passaram a ser tratadas, discutidas, no espaço acadêmico das Pós-Graduações. Tal situação contribuiu enormemente para a construção de um aporte teórico e metodológico bastante rigoroso. E não só as fontes orais, testemunhos, relatos, mas também outras fontes documentais, como as fontes visuais, por exemplo, foram alvo de procedimentos

³³ Para a Gestão 2010/2012, a ABHO passou a ter como presidente Maria Paula Nascimento Araújo (UFRJ). A professora Regina Beatriz Guimarães Neto passou a compor o Comitê Editorial da Associação.

³⁴ Sítio eletrônico institucional: <<http://www.historiaoral.org.br/>>.

metodológicos muito mais rigorosos. É saudável para o debate, esclarecer ainda que não se trata de contrapor escritura *versus* oralidade, mas sim de refletir acerca de um tipo especial de fonte, sem entender por fonte o registro do que “está posto”, “dado” ou a emergência de uma “realidade”.

Saeculum: Ganhou visibilidade, através das Pós-Graduações?

Regina Beatriz Guimarães Neto: Ganhou muita visibilidade. As práticas metodológicas ampliaram-se, colocando em discussão procedimentos metodológicos diversificados. Creio que professores e alunos passaram a enfrentar desafios que, talvez, antes eram menos debatidos. Passaram pelo crivo das bancas examinadoras e pelos debates proporcionados pelos seminários, palestras, encontros promovidos pelos Programas de Pós-Graduações. Ao mesmo tempo, a própria Associação Nacional, com o apoio do trabalho das regionais, acompanhou e estimulou maneiras de vivenciar essa experiência, ampliando os espaços de debates. Não podemos deixar de falar das graduações e das monografias de final de curso, das pesquisas de PIBIC, também muito importantes. Estudantes com bolsa PIBIC têm participado muito deste movimento metodológico, discutindo, propondo, interferindo com novas metodologias no uso das fontes documentais. Eu mesma tenho três bolsistas PIBIC que utilizam não só as fontes orais, claro, mas, trabalham também com fontes orais, e participam de maneira muito ativa na inovação dos procedimentos metodológicos nos usos das fontes, em especial relatos orais e fotografias. E, ao mesmo tempo, como já destaquei, a Associação Brasileira de História Oral participa ativamente desse movimento de valorização de novas fontes e diversificam os aportes teóricos e metodológicos, assim como estimula a organização de acervos importantes, que, antes, talvez, não fossem levados em conta. Além disso, essa discussão ganha expressão também nos encontros regionais. Os Encontros nacionais e regionais se alternam, de dois em dois anos, com o cuidado de não coincidirem, no mesmo ano, os dois eventos. Nesse último encontro nacional, a minha proposta central foi a de que todas as regionais brasileiras propusessem o que elas consideravam de mais representativo, no âmbito de suas pesquisas, com as fontes orais, procurando sempre dialogar com outros documentos. O centro do debate foi de cunho metodológico, com a participação de professores da América Latina e dos Estados Unidos que estiveram discutindo os avanços, os impasses, os problemas, enfim, as questões que são alvos de disputas metodológicas em seus espaços institucionais.

Na América Latina ganha cada vez maior proeminência e hoje já podemos acessar o site da Rede Latino-Americana de História Oral, RELAHO³⁵, que conta com a participação de vários brasileiros. Então, penso que avançamos – com problemas, claro – com a discussão dos aportes teórico-metodológicos da história oral. Quer dizer, hoje as críticas quanto ao uso das fontes orais partem de outras questões, com outras pertinências, e são muito saudáveis, enriquecem as discussões, salvo quando, pela desinformação, aparecem críticas que revelam uma visão historiográfica muito estreita e não apenas em relação às fontes orais. Todo tipo de documento tem seus desafios ao ser explorado, como os manuscritos, os impressos como jornais, revistas e as fontes visuais, audiovisuais, etc., que hoje, sobretudo, apresentam-se enfatizando o problema sobre como lidamos metodologicamente com os documentos. Quer

³⁵ Sítio eletrônico institucional: <<http://www.relaho.org/>>.

dizer, mais do que as temáticas, os procedimentos e as práticas de trabalho com as fontes documentais apresentam as questões que exigem maior discussão. O que responde também, eu acredito, a toda esse debate sobre o estatuto narrativo da história, avaliando os documentos selecionados e analisados. Somos pressionados a proceder com mais rigor com as fontes, a realizar a crítica aos documentos, seu estatuto discursivo, suas condições de possibilidades. Então, muitas vezes, considero bastantes ingênuos alguns debates que questionam a legitimidade das fontes orais. São pertinentes sim as indagações a respeito do estatuto dos relatos de memória, dos testemunhos, das práticas discursivas. É necessário analisar os testemunhos, e não tê-los como prova do que ocorreu, inseri-los em uma teia histórica, entrecruzá-los com outros registros. Testemunho não é documento, este terá que ser construído no trabalho historiográfico. É preciso também discutir as entrevistas, a subjetividade (sem opô-la a objetividade, recusando a relação dicotômica), questionando o porquê e como estamos procedendo metodologicamente, e a produção de suas possibilidades. São questões complexas que temos que enfrentar, dinamizando a pesquisa histórica.

Saeculum: Então, pegando a ponte com essa discussão da documentação escrita também, eu pergunto, e a memória a partir da documentação escrita? Já que você estava falando nesse assunto. Por exemplo, a resignificação histórica carregada de sentimentos com que você e a professora Maria do Socorro Araújo tratam as cartas da desconhecida Jane Vanini, no artigo *Cartas do Chile*, que está na coletânea *Escrita de Si, Escrita da História*³⁶. Por exemplo, o enfoque dado por vocês duas é o de memórias do mundo privado para o espaço público, são às cartas que foram trocadas e que se tornaram públicas. Então, como é a memória desse documento escrito, como é o tratamento para esta memória do documento escrito que, por exemplo, você tão bem faz no artigo?

Regina Beatriz Guimarães Neto: As *Cartas do Chile* é um texto que eu gosto bastante pela produção da história que tecemos e pelo seu valor afetivo, e que revela uma questão política da maior importância em nossa história recente. Jane Vanini foi uma jovem, como tantas outras no Brasil, que foi embora do país, em razão de ser uma militante de esquerda perseguida pelo regime civil-militar. Depois de algumas passagens pelo Uruguai e Cuba seguiu para o Chile, no período de Allende, e lá, como vocês viram pelo artigo, foi assassinada. Retorna, neste aspecto, minha ligação com Marc Bloch, que evoca o sentido trágico da vida na ação política e uma memória de combate – um excesso de vida – no sentido nietzscheano. Penso que a matéria da nossa prática de trabalho é a vida e suas múltiplas possibilidades. Então, quando eu lia, juntamente com Maria do Socorro, as cartas de Jane para sua irmã mais velha, sabendo de antemão que ela havia sido assassinada, sentia uma dor aguda, uma consciência do seu significado político para a história do Brasil, a sua violência e impunidade. E daquelas linhas escritas, em várias situações que apresentavam grande risco de vida, emergia uma enorme vontade de viver da Jane, uma força de combate admirável pela prática contra a arbitrariedade da desigualdade social. Era

³⁶ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz & ARAÚJO, Maria do Socorro de Souza. *Cartas do Chile: os encantos revolucionários e a luta aramada no tempo de Jane Vanini*. In. GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004, p. 335-356.

difícil para nós duas lidarmos com essa memória viva que ainda pulsava nas cartas. Pelo fato de constituir um testemunho direto, analisar as cartas foi um enorme desafio metodológico. Sim, porque ler sua escrita como uma prática discursiva, com outras lentes, e não cair no que “já estava dado”, ou repetir simplesmente o que já vinha escrito, o testemunho da militante, exigia deslocamentos teórico-metodológicos e a produção de novos significados na trama histórica. Especialmente, não tratá-la como heroína, mas compreendê-la como uma personagem que se encontra “em relação a”, numa relação situacional, compartilhando com outros atores sociais práticas de militância política, segundo orientações dos grupos de esquerda com os quais se encontrava comprometida. Era nosso ofício de historiadoras. E foi muito rica essa experiência porque Socorro, eu e Jane Vanini, três mulheres, tecíamos um só relato histórico.

Saeculum: E Socorro nascida na Paraíba!

Regina Beatriz Guimarães Neto: Socorro Araújo foi minha orientanda de mestrado e escreveu uma bela dissertação sobre Jane Vanini, esta militante de esquerda que morreu muito jovem, 29 anos de idade. E, ao mesmo tempo, Jane representa um microcosmo do universo político da violência que vivemos com as ditaduras militares. Na dissertação e no artigo sobre Jane Vanini tivemos de lidar com a subjetividade e a prática política da militante, problematizar o seu cotidiano, a dimensão das suas expectativas futuras e o combate político no presente; relacionado a isso, criar certa proximidade, por meio de suas cartas, com a “dimensão privada” de sua vida, se é que podemos dizer assim, ressaltando aspectos significativos dos elos que estabelecia com a família, com as coisas materiais de que mais gostava e, sobretudo, com seus desejos e angústias. O fato de ela expor seus desejos, até mesmo na sua maneira de vestir, acabava por trazer diversos conflitos, sobretudo para a militante. Acima de tudo, escrever cartas já era proibitivo, e, naquela situação, qualquer revelação podia custar muito! Na sua prática, era orientada, como todos, a não deixar rastros, mas, mesmo assim, escrevia cartas para a irmã mais velha, sempre que podia, e contava das lutas, da paisagem da opressão que tomava conta das ruas de Santiago no momento do golpe contra Allende; contava das dores e das indignações; das lembranças do passado e dos perigos presentes. Morreu assassinada pelos soldados da ditadura de Pinochet, resistindo a prisão, em frente a casa onde se encontrava, segundo o que consta, em Concepción. Jane Vanini, que morreu como “Ana”, foi uma mulher militante de esquerda que havia feito da matéria de sua vida uma paixão revolucionária no contexto histórico em que viveu.

Saeculum: Professora, você trabalha com a temática estudos de história, memória e práticas culturais, isso eu vi no seu Lattes, na qual destaca a questão do espaço e do tempo e sua relação com a memória e a narrativa, abordando lembranças alusivas aos espaços frequentados e vividos e que nos remete a outras espacialidades e outras temporalidades. Especificamente nos casos das histórias locais e regionais, como tratar as marcas dos acontecimentos da memória dos mais velhos enquanto território da história?

Regina Beatriz Guimarães Neto: Tratar de redimensionar a questão do

espaço ou problematizar o espaço e o tempo em nossas pesquisas traz grandes lições e inova o trabalho historiográfico. No meu projeto de pesquisa, em que enfoco as trajetórias de trabalhadores pobres pelo território amazônico, tive que aprender a fazer outra discussão sobre espaço (valendo-me dos estudos imprescindíveis de Milton Santos)³⁷. Ou seja, procuro analisar como as práticas dos atores sociais, circunscritas a certas temporalidades, podem ser exploradas como práticas de espaço, que deixam rastros e vestígios de suas passagens, como inscrições materiais. Os espaços, assim focalizados, não são vistos como referências geográficas fixas, e longe de serem estáveis aparecem em movimento, segundo as práticas de seus usuários, impregnados de significados simbólicos. Uma geografia de cunho antropológico tem o primado sobre a geografia física. Então, essa relação entre espaço e tempo nos remete a outra compreensão, ou melhor, a outra concepção de territorialidade e que oferece uma base teórica fundamental para o que entendemos como relato histórico, independente da condição de ser local ou não local. Considero que toda história é local e não local; regional e não regional. Quando, em minha pesquisa, problematizo o espaço amazônico, estou pensando na construção de uma territorialidade que tem como referência as práticas de trabalhadores, homens e mulheres que para lá se dirigem, de todas as regiões do Brasil, do Sul, do Nordeste, do Sudeste, etc. Tenho entrevistas com mulheres e homens de Pernambuco, da Paraíba, do Maranhão, do Rio Grande do Sul, do Paraná e de outros estados brasileiros, que, de maneira geral, são trabalhadores que recebem diversas denominações num universo complexo de identificações tais como, o *maranhãozinho*, o *paraibano*, o *gaúcho*, designações acompanhadas de adjetivos que aprofundam a desqualificação como *cabeça chata*, *galo*, *magro*, *manso*, *carabina*, etc. São homens e mulheres que não têm sentido de pertencimento a território algum, trabalhadores nômades, desterritorializados, noções que seguem as trilhas das concepções do filósofo Gilles Deleuze, em *Mil Platôs*³⁸. Nessa história, não tem sentido algum operar com um conceito de Amazônia (a invenção da Amazônia), como referência geográfica preconcebida, ou em termos de história regional ou “local”. É uma história do Brasil, dos deslocamentos territoriais de amplos segmentos de trabalhadores do campo; é uma história das explorações e expropriações de camponeses; é uma história das diversas construções sobre o que se denomina “processos de colonização”, destacando a positividade com a qual é utilizado o termo. É uma história do processo civilizatório e construção da nação e suas implicações políticas e culturais. Também pode ser narrada em forma de crônica, uma crônica da miséria e violência ou invenção do *eldorado* no Brasil. Então, em minha pesquisa, necessito mover diversos fios entre espaços e tempos entrecruzados, e, mais propriamente, um presente que atualiza o passado. As diversas análises que envolvem a Amazônia apontam para questões políticas, econômicas e culturais do Brasil, guardando as devidas especificidades históricas, sem diluí-las numa “história geral”, longe disso. Considero que a prática historiográfica opera com a diversidade cultural no tempo, nas várias linhas do tempo e dos espaços, que entrecruza temporalidades plurais, inscritas nos espaços (Paul Ricoeur e Michel de

³⁷ Milton Santos. Entre outros: *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. Hucitec, São Paulo, 1996; *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

³⁸ *Mil platôs*, V volume (Editora 34).

Certeau apresentam grandes contribuições para esta discussão e análise³⁹). Este é o desafio constante que se apresenta à nossa prática historiográfica e não exatamente essa noção de história regional. A não ser que se utilize essa referência nominativa como estratégia para abrigar certas pesquisas ou linhas de pesquisa, visando objetivos determinados pelos pesquisadores, Programas de Pós-Graduação, programas de instituições de pesquisa...

Saeculum: De projetos.

Regina Beatriz Guimarães Neto: De projetos reunidos, relativos a certas temporalidades e espacialidades. Contudo, é necessário reflexão e problematização das referências espaço-temporais utilizadas nas pesquisas, para que não se criem e predominem construções dicotômicas. Os espaços, como resultados das práticas sociais, têm como a palma das nossas mãos as inscrições de histórias várias, que saltam dos próprios contextos, vistos em suas especificidades. E não podemos esquecer que as inscrições espaciais apresentam superposições como um palimpsesto, abrigando várias camadas de tempo.

Saeculum: Como você vê as possibilidades da inserção da memória no ensino de história?

Regina Beatriz Guimarães Neto: Começando por discutir criticamente a história do Brasil, ligada a uma história do Ocidente. Refiro-me, mais especificamente, a uma visão colonizadora, ou seja, o que mais me incomoda nessa discussão acerca da memória e, sobretudo, da história do Brasil, é uma cultura/prática colonizadora na construção dessa história. Nessa perspectiva, penso que o ensino da história seja fundamental para uma prática efetiva na elaboração de uma história a contrapelo, como muitos historiadores e historiadoras vêm fazendo (e vocês aqui na UFPB são uma referência para essa discussão no âmbito do ensino da história). Uma história que recusa um historicismo reducionista e as continuidades ideais. A memória histórica não pode se basear numa linearidade temporal, numa cronologia obliteradora, oferecida pelos manuais atrelados ao domínio etnocêntrico da história ocidental. Ou, talvez, deve-se praticar no ensino da história questões e problemas que envolvem este pensar o tempo histórico, esta prática da escrita da história, a partir de marcos construídos por uma história colonizada. Edward Said⁴⁰ nos ensina que nossos livros, romances e poesias, a literatura, em geral, obras científicas, livros de história, de geografia, de antropologia, entre outros, estão, não apenas impregnados de concepções colonizadoras ou colonizadas, mas os livros estão constituídos, em

³⁹ A memória, a história, o esquecimento. Ed. Unicamp (La mémoire, l'histoire, l'oubli. Ed. Seuil, 2000); A invenção do cotidiano, v. I.

⁴⁰ Edward Wadie Said, de origem palestina, foi docente nas Universidades de Columbia, Harvard, Johns Hopkins e Yale, lecionando Inglês e Literatura Comparada, reconhecido crítico literário e ativista da causa palestina. Sua obra mais importante é *Orientalismo e Cultura e Imperialismo*, publicada em 1978, considerada como um dos textos fundadores dos estudos pós-coloniais, nela ele analisa a visão ocidental do mundo oriental permeada por incoerências que apontam o oriente como 'o outro', afirma que essa tentativa que considera uma distorção servia aos interesses do colonialismo. No Brasil temos quatro obras traduzidas desse autor: *Orientalismo - o Oriente como invenção do Ocidente* pela Companhia das Letras (2007); *Cultura e Política* pela Boitempo Editorial (2003); *Reflexão sobre o Exílio e Outros Ensaios* pela Companhia das Letras (2003); *Elaborações Musicais* pela Imago (1991)

seus enunciados principais, por elas. Assim, é necessário pensar e discutir criticamente os nossos textos com os quais aprendemos a ler e a escrever e com eles trabalhos em salas de aula. Walter Benjamin nos oferece um importante instrumental teórico quando diz que a história deve operar por saltos em seus momentos históricos mais significativos, o “salto tigrino”, que nos possibilita interferir na produção da memória. As iniciativas de comunidades étnicas, por exemplo, trazem uma memória de combate, e recusam fabricações prontas e acabadas, produzidas com base em outros interesses que não os dos protagonistas da sua história. Diante disso, denunciar uma “história oficial” ou uma história com designações equivalentes é fazer muito pouco, a pergunta mais pertinente, a meu ver, é como elaborar a crítica a essa construção histórica (e não apenas trocar as denominações). Então, penso que a prática do ensino da história deve estar comprometida com esta crítica, com um movimento que proporciona “saltos tigrinos”. Talvez eu esteja simplificado esta resposta, reunindo tudo nessa problemática dos textos e práticas historiográficas colonizadas, mas vejo isso como uma questão central. Penso que as implicações políticas de tais práticas são grandes, porque envolvem a discussão do direito à cidadania, direito à educação, direito à memória, e não simplesmente homenagear um passado histórico apresentado pelo ponto de vista do colonizador. Homenagear imagens históricas (narrativas, iconográficas, entre outras) que circulam pela nossa memória é uma prática cultural assustadora, e mais assusta porque reveladora de espectros, que estão rondar a nossa atmosfera cultural e política.

Saeculum: Tem que desconstruir essa ideia colonizadora...

Regina Beatriz Guimarães Neto: Exato. E deslegitimar a autoridade que foi imposta na construção da escrita da história. A autoridade de um tipo de história, de um tipo de discurso, de um tipo de instituição. Autoridade que hoje vemos também incorporadas às editoras, na seleção de livros, de autores, e nos próprios livros didáticos. Então, penso que aí se encontra o X da questão, ou seja, deslegitimar um discurso autorizado.

Saeculum: Professora Regina, muito obrigada, você quer acrescentar mais alguma coisa?

Regina Beatriz Guimarães Neto: Apenas quero agradecer a vocês. Não sei se pude contribuir com o debate historiográfico a partir das questões levantadas, mas sou muito grata, é bastante saudável a oportunidade de debater, de trazer um pouco nossas experiências ou in experiências na difícil arte de aprender.

Saeculum: Nós é que agradecemos imensamente.

